

Repensando Bacamarte: Neuropsicopedagogia, Neurociência Crítica e o Modelo Social de Deficiência

Rethinking Bacamarte: Neuropsychopedagogy, Critical Neuroscience and Disability Studies

Repensando Bacamarte: Neuropsicopedagogía, Neurociencia Crítica e Estudios Sobre la Discapacidad

Recebido: 17/12/2020 | Revisado: 23/02/2021 | Aceito: 19/03/2021 | Publicado: 25/03/2021

Antônio Ferreira de Melo Júnior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8950-5309>

Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA – UFRN), Brasil

E-mail: antoniofdemelojr@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre a Neuropsicopedagogia, a Neurociência Crítica (*Critical Neuroscience*) e o modelo social de deficiência representado pelos Estudos Sobre a Deficiência (*Disability Studies*). Tendo como referencial teórico a Desconstrução, remonta à metáfora de Bacamarte, presente na literatura de Machado de Assis, para raciocinar os rastros entre os campos distintos do conhecimento e repensar o cânon da Neuropsicopedagogia. Mostra que ao longo do século XX disseminou-se um saber sobre o corpo nas Ciências Humanas e que esse saber é traduzido na Neurociência, notadamente na obra de António Damásio, possibilitando uma proposta de Neurociência Crítica a partir da segunda década do século XXI. Conclui apontando a necessidade de uma agenda teórica e prática desconstrutiva sobre a temática, especialmente em relação ao papel do neuropsicopedagogo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia; Neurociência Crítica; Estudos Sobre a Deficiência.

Abstract

This paper aims to discuss the relationship between Neuropsychopedagogy, Critical Neuroscience and the social model of disability represented by Disability Studies.

Having Deconstruction as its theoretical framework, it goes back to the metaphor of Bacamarte, present in the literature of Machado de Assis, to reason the traces between different fields of knowledge and to rethink the canon of Neuropsychopedagogy. It shows that throughout the 20th century knowledge about the body was disseminated in the Humanities and that this knowledge is translated into Neuroscience, notably in the work of António Damásio, enabling a Critical Neuroscience proposal from the second decade of the 21st century. It concludes by pointing out the need for a deconstructive theoretical and practical agenda on the subject, especially in relation to the role of the neuropsychopedagogue in contemporary times.

Keywords: Neuropsychopedagogy; Critical Neuroscience; Disability Studies.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo discutir la relación entre la Neuropsicopedagogía, la Neurociencia Crítica (Critical Neuroscience) y el modelo social de discapacidad que representan los Estudios sobre Discapacidad (Disability Studies). Teniendo la Deconstrucción como marco teórico, se remonta a la metáfora de Bacamarte, presente en la literatura de Machado de Assis, para razonar las huellas entre diferentes campos del saber y repensar el canon de la Neuropsicopedagogía. Muestra que a lo largo del siglo XX el conocimiento sobre el cuerpo se difundió en las Humanidades y que este conocimiento se traduce en Neurociencia, notablemente en la obra de António Damásio, posibilitando una propuesta de Neurociencia Crítica de la segunda década del siglo XXI. Concluye señalando la necesidad de una agenda teórica y práctica deconstructiva sobre el tema, especialmente en relación al rol del neuropsicopedagogo en la época contemporánea.

Palabras clave: Neuropsicopedagogía; Neurociencia Crítica; Estudios sobre Discapacidad.

Introdução

Era um homem austero, Hipócrates forrado de Catão (MACHADO DE ASSIS, 2014, p. 38).

No conto *O alienista*, escrito em 1882, Machado de Assis (2014) dá a conhecer Simão Bacamarte, médico responsável pela população do povoado de Itajaí, no Rio de

Janeiro do século XIX. Fascinado pela expansão das bases da psicologia e ostentando uma crença fundamentalista na ciência, Bacamarte molda todas as suas relações sociais, sua personalidade, sua linguagem e sua visão de mundo a partir do saber médico. Assim é que surge sua preocupação enfática com a classificação, as causas, a remediação, a universalidade, a humanidade e a fixação sobre a ideia de loucura. Sua motivação primitiva era como a de Hipócrates.

Com essas preocupações, Bacamarte funda a Casa Verde, instituição voltada ao tratamento de todos os “pobres loucos” da cidade. No entanto, ao tempo em que se dedica à análise de cada pessoa e dos livros sobre o saber médico, ele vai aumentando o número de internos intensamente até que parte considerável da sociedade seja internada, porquanto tida como louca, incomodando toda a estrutura de poder que a embasava. A expansão da reclusão em “cárcere privado” e a produção social da loucura nela designada mostravam que a sua forma de atuação era a de Catão. Aquele que procurava intensamente os “alienados”, alienado se tornou.

A inscrição de Bacamarte era a encarnação do saber médico do século XIX que o historiador-literato criticava e a ironia machadiana funciona como a aurora de novos tempos para a periférica realidade brasileira¹. Quando raciocinada em contexto educacional, vem ensinar que a perspectiva centrada no saber médico tende a produzir mais deficiência, mesmo que informe não ser este o seu propósito. Seria preciso ‘deficientizar’ a ciência. Especificamente, isso justifica o esforço por encontrar uma alternativa teórica ao cânone da Neuropsicopedagogia capaz de guiá-la à compreensão da complexidade constituinte das relações políticas, sociais e históricas do mundo contemporâneo.

Nessa intenção, este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre a Neuropsicopedagogia, a Neurociência Crítica (*Critical Neuroscience*) e o modelo social de deficiência representado pelos Estudos Sobre a Deficiência (*Disability Studies*).

¹ Essa capacidade de desconstrução crítica no cânon machadiano é reconhecida pelos principais analistas contemporâneos: Roberto Schwarz (2000, p. 144) chama a atenção para a ‘desprovincialização literária’, pois Machado de Assis vai “degradando a figura das relações sociais locais, confrontadas ou expostas à norma e ao progresso da civilização burguesa”, assim como desmoraliza “a reputação incondicional destes mesmos progressos e normas, levados, no contexto, a desempenhar papéis deslocados e contrários ao seu conceito”; Abel Barros Baptista (2003, p. 81) o coloca distante da construção da identidade nacional em andamento no período, afirmando que “a posição de Machado será sempre incompatível com qualquer projeto, programa ou intenção nacionalista”; Helen Caldwell (2002) o insere na continuidade da escrita de William Shakespeare; e Sidney Chalhoub (2003) coloca-o como um historiador do contexto social e cultural do Oitocentos.

Nesse sentido, adensa-se a discussão empreendida por Machado de Assis procurando enfatizar a dimensão social e as relações de poder e saber concernentes à problemática da deficiência, pressupondo a inteligibilidade da metáfora de Bacamarte enquanto uma denúncia do esquecimento das condições históricas em que as pessoas com deficiência e o conhecimento sobre elas estão radicadas.

Para empreender a discussão, emprega-se como referencial teórico-metodológico a Desconstrução (DERRIDA, 1967a; DERRIDA, 1967b). Deve-se entender que, na medida em que essa perspectiva não se entende enquanto método, mas sim como um questionamento à ideia de uma metodologia, o texto é produzido como um papel-máquina para designar a produção da escritura: enfatiza-se a “experiência de escritura” e a configuração organizada por meio de “um conjunto de metáforas, tropos e metonímias” (DERRIDA, 2005, p. 1-2, tradução nossa). Pretende-se ao longo do trabalho, então, perscrutar os rastros (*traces*) dos diversos campos do saber aqui discutidos, saindo do cânon de cada campo para repensá-los em termos da produção de pontes conceituais entre eles.

Resultados

A Neuropsicopedagogia consiste numa área transdisciplinar em interface com a Neurociência e a Psicologia Cognitiva, voltando-se à atuação em âmbito institucional e clínico. Na sociedade brasileira, sua delimitação é estabelecida pela Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia (SBNPP), cujos documentos oficiais são imprescindíveis para a compreensão teórica, prática e identitária desse campo de atuação. Nesse sentido, os principais textos legais são: a Nota Técnica nº 2 (SBNPP, 2017) e a Resolução de 4 de maio (SBNPP, 2020).

A Resolução de 4 de maio estabelece as diretrizes éticas a serem observadas em ações neuropsicopedagógicas. Assim distinguem-se a atuação clínica (predominantemente, individual e privada) e a atuação institucional (predominantemente, coletiva e público-educacional), sendo esta última compreendida por escolas públicas e privadas e instituições de Ensino Superior. Levando em consideração as funções cognitivas, a legislação e as políticas nacionais de inclusão, o documento legal delimita da seguinte forma a atuação da Neuropsicopedagogia: a) é

necessário observar os diversos vieses da Neuropsicopedagogia, e o neuropsicopedagogo deve participar de diversos contextos, inclusive da atividade de pesquisa (SBNPP, 2020, art. 8º, III); b) o neuropsicopedagogo deve ter como princípio a promoção e desenvolvimento das pessoas atendidas, utilizando todos os recursos disponíveis e a peculiaridade de cada pessoa (SBNPP, 2020, art. 16); c) o neuropsicopedagogo deve atuar em busca de constante aprimoramento profissional, contemplando os insumos da Política, Economia, Sociologia e Tecnologia (SBNPP, 2020, art. 18); e esforçar-se para manter-se atualizado com conhecimento de diversas áreas, tendo em vista o aprimoramento do serviço e a sua máxima eficiência (SBNPP, 2020, art. 35, 37 e 39).

Essa perspectiva norteadora, que consiste em alteração de texto de 2014, se reverte em conjunto de orientações técnico-práticas na Nota Técnica. A Nota objetiva informar sobre procedimentos técnicos e indicar atividades e testes a serem usados no ofício cotidiano do neuropsicopedagogo, sendo, pois, uma expressão prática do conteúdo definido pela Resolução de 2020. Nesse sentido, ela indica trinta testes a serem aplicados na intervenção clínica (SBNPP, 2017, p. 5-8) e quinze na intervenção institucional (SBNPP, 2017, p. 9-10), além da indicação de quatro instrumentos interventivos (SBNPP, 2017, p.14). Escapa a preocupação deste trabalho examinar minuciosamente esses testes, de modo que convém apontar apenas as referências teóricas que as embasam. Com efeito, essa preocupação técnica coloca-se enquanto fluidez da ideia de que

[...] a Neurociência não fornece estratégias de ensino, pois este papel é da Pedagogia, que utiliza os conhecimentos da didática e das metodologias de ensino como suporte para o ensino e aprendizagem. É a Neurociência e a Psicologia Cognitiva que possibilitam compreender a aprendizagem, ressaltando os aspectos desde as questões neurológicas e biológicas, até a cognição (SBNPP, 2017, p. 3).

A compreensão da Neurociência, conforme a citação acima, é a de um campo abrangente, sem fronteiras definidas e abarcando diversos outros ramos científicos, com uma preocupação com os fundamentos biológicos, neurológicos e cognitivos da aprendizagem. Assim sendo, é como se ela ainda atuasse com o pano de fundo do saber médico, tal como externado por Bacamarte. Se no século XIX, o foco era analisar os indivíduos com a finalidade de classificá-los, segrega-los e demarcar incapacidades

implícitas na ideia de loucura, agora o foco é o contexto que caracteriza uma não-aprendizagem e como esse corpo rebelde pode aprender.

No entanto, sendo o âmago prático da Neuropsicopedagogia a compreensão da aprendizagem, remonta-se à perspectiva social de pensadores clássicos acerca desse problema temático, de modo a equilibrar o sentido da Neurociência entre uma dimensão biológica e outra, social:

De Luria, [...] tem sua base teórica para compreender o desenvolvimento humano, a organização funcional do cérebro e a aprendizagem. De Piaget, Vygotsky, entre outros teóricos do desenvolvimento e aprendizagem, têm os subsídios para entender o contexto escolar, o projeto pedagógico da escola, os projetos de trabalho e os protocolos de inclusão (SBNPP, 2017, p. 3).

Juntando-se a essa lista Emília Ferreira e Ana Teberosky (SBNPP, 2017, p. 3), tem-se o conjunto completo de referências explicitadas pela Nota Técnica em diálogo com a Resolução. Ora, isso suscita algumas indagações: os documentos legais não pressupõem uma única forma de ser da Neurociência? Como a Neuropsicopedagogia corresponde aos problemas culturais, políticos e históricos? Esses documentos atentam para a singularidade social da deficiência? A Neurociência serve a propósitos de dominação, como em Bacamarte, ou ela produz uma abertura para a compreensão da diversidade humana, como a crítica machadiana?

A Neurociência foi sistematizada apenas nas décadas de 1960 e 1970, mas o estudo sobre o cérebro que constitui o seu objeto de interesse existe desde a Antiguidade Clássica (BEAR; CONNORS; PARADISO, 2016; KENDAL; SCHWARTZ; JESSELL, 2014; PURVES; AUGUSTINE; FITZPATRICK, 2010). Hipócrates, o chamado pai da medicina, estabeleceu o nexo entre cérebro e inteligência, cravando sua importância, a qual foi ratificada na Época Moderna por René Descartes e na Contemporânea por Charles Darwin. A Neurociência tem atualmente se alicerçado numa proposta interdisciplinar, contemplando diversas tradições científicas, como a biologia, a medicina, a psicologia e, mais recentemente, a Neuropsicopedagogia (KENDAL; SCHWARTZ; JESSELL, 2014). Deve-se notar que modernamente a escrita da Neurociência ainda se coloca enquanto herdeira de Hipócrates (KENDAL; SCHWARTZ; JESSELL, 2014, p. 4), não problematizando a possibilidade desse conhecimento servir a propósitos de dominação, sem entender que a consciência acerca

dos elementos sociais desenvolve-se de modo a produzir uma releitura da própria história da Neurociência e dos seus pressupostos biológicos. A crítica machadiana de que o saber médico ao tender a agir em nome de Hipócrates culmina na construção social e política de Catão parece ser uma realidade ausente.

Os manuais clássicos do campo da Neurociência identificam as áreas de atuação, como a molecular, a celular, a sistemática, a comportamental e a cognitiva. O fundamento dessa diversidade interna é a premissa de que na Neurociência, conforme *Fundamental neuroscience*, “todo comportamento e toda vida mental tem sua origem na estrutura e na função do sistema nervoso” (SQUIRE; BERG; BLOOM, 2008, p. XV, tradução nossa), sendo definida enquanto uma ciência multidisciplinar que analisa “o sistema nervoso para compreender a base biológica para o comportamento” (BLOOM, 2008, p. 3, tradução nossa).

Em *Neuroscience*, os autores estabelecem que “o objetivo da neurociência é compreender como o sistema nervoso funciona”, pressupondo que “atividade cerebral se reflete no comportamento, as medidas cuidadosas do comportamento informam-nos acerca das capacidades e limitações das funções cerebrais” (BEAR; CONNORS; PARADISO, 2016, p. 20, tradução nossa).

Entendendo a Neurociência a partir da diversidade de suas questões, *Neurociências* foca sua análise inteiramente na base biológica para o comportamento humano. Traça como objetivo “ressaltar os desafios intelectuais e o fascínio” da “última grande fronteira das ciências biológicas” (PURVES; AUGUSTINE; FITZPATRICK, 2010, p. XI) e conseqüentemente debruça-se em questões equivalentes a “como as principais células do sistema nervoso [...] realizam suas funções básicas em termos anatômicos, eletrofisiológicos, celulares ou moleculares” (PURVES; AUGUSTINE; FITZPATRICK, 2010, p. 1), de tal modo que a diversidade na Neurociência refere-se à própria diversidade de seu objeto de estudo, notadamente os elementos diversos do sistema nervoso. Por outro lado, na obra clássica *Princípios de Neurociências*, essa perspectiva é defendida, mas sopesada. Isso porque, demonstrando erudição no levantamento da história da neurociência, os autores Kendal, Schwartz e Jessell (2014) entendem que a relação entre cérebro e comportamento não é homogênea, linear e

unilateral. Pelo contrário, embora essa posição seja marginal na neurociência moderna, deve-se reconhecer que

[...] a especificidade das conexões sinápticas estabelecidas durante o desenvolvimento representa a base da percepção, da ação, da emoção e do aprendizado. Também é necessário compreender os determinantes inatos (genéticos) e ambientais do comportamento. [...] O ambiente, que começa a exercer sua influência no útero, torna-se de importância fundamental após o nascimento, e as contingências ambientais podem, por sua vez, influenciar o comportamento e a expressão gênica (KENDAL; SCHWARTZ; JESSELL, 2014, p. 4).

A neurociência consegue estabelecer a partir de balizados testes a relação entre o acionamento a determinadas áreas cerebrais e determinadas ações desenvolvidas pelas pessoas. É um vasto caminho para a pesquisa. Mas essa é apenas parte de um quadro geral, pois o papel que esses comportamentos desempenham sobre o próprio cérebro, historicamente, completa-o. Deve-se atentar para o título da obra, que emprega o plural *neurociências*, admitindo diferentes possibilidade desse fazer científico.

A perspectiva clássica sobre o que é e o que faz a Neurociência vem sofrendo um deslocamento com as contribuições do neurocientista português Antônio Damásio, cujas ideias precíguas devem ser assinaladas. Em sua obra mais famosa, Damásio (2012) produz uma alternativa ao *Cogito* cartesiano, mostrando que o cérebro é o local de onde não apenas procedem pensamentos, mas também emoções. O pensamento por si só não é indício de existência; esta é fruto da relação entre as duas categorias. Nesse sentido, essa revisão do cartesianismo implicaria na admissão de que o comportamento humano não é construído de forma unilateral (do cérebro ao corpo), pois o corpo de alguma forma moldaria o cérebro. O cérebro e o corpo, juntos, formariam um organismo de influência mútua, uma vez que “o corpo contribui para o cérebro com mais do que a manutenção da vida e com mais do que efeitos modulatórios. Contribui com um *conteúdo* essencial [...]” (DAMÁSIO, 2012, p. 236)².

² Deve-se notar que essa redescoberta do corpo na Neurociência integra um movimento amplo e reconhecido nos mais diversos campos científicos. Na Antropologia, Marcel Mauss (1936) assinalou que as relações políticas, sociais, religiosas e psicológicas se alicerçam em *técnicas do corpo*, termo empregado para designar as formas pelas quais os homens aprendem, internalizam e fazem saber sobre o uso do corpo. Na Fenomenologia, Merleau-Ponty (1994) já demonstrava que o corpo é capaz de produzir aprendizagem, dado que “Não é o sujeito epistemológico que efetua a síntese, é o corpo” (p. 312). Rompendo com a dicotomia entre mente e corpo, o autor francês assinalava que as movimentações corporais produziam a sensação e a percepção acerca dos objetos construídos culturalmente. De igual maneira, Yi-Fu Tuan (1977) demonstrava na Geografia Humana que a configuração corporal humana,

Investigando o surgimento do *Self*³ na mente humana, o neurocientista português admitiu o papel estruturante do corpo no processo de constituição da mente humana:

A vida acontece dentro da fronteira que define um corpo. [...] Em criaturas complexas como nós, ela assume muitas formas — por exemplo, a pele que reveste boa parte de nosso corpo, a córnea que reveste a parte do globo ocular que recebe a luz, as mucosas que revestem a boca. Se não existe uma fronteira, não existe um corpo, e não havendo corpo não há organismo (DAMÁSIO, 2000, p. 268).

Assim, o corpo é condição de possibilidade da identidade humana, uma estrutura que delimita o sentido mais íntimo de constituição do ser humano, social e biologicamente. Mesmo que se possa conceber a ideia de que o cérebro criou o homem (DAMÁSIO, 2011), deve-se esclarecer que a palavra inglesa *brain* designa não apenas o que a palavra *cérebro* em português designa, mas também todas as estruturas do sistema nervoso. Assim sendo, tem-se uma abertura profícua em Damásio para a reflexão sobre como esse cérebro é, a partir do corpo, moldado culturalmente. Façamos notar, nesse sentido, dois pontos: o primeiro é que a parte sobre a linguagem em *Princípios de Neurociências* foi escrita pelo neurocientista português (DAMÁSIO; KUHL, 2014, p. 1179-1196), indício de que a ideia o condicionamento histórico do cérebro tem entrada na literatura de referência na Neurociência; o segundo é a conexão da discussão de Damásio com tese de Harari (2018, p. 15-112) sobre a chamada Pré-História: antes da Revolução Agrícola, existiu uma Revolução Cognitiva, e tudo o que se sabe sobre o ser humano está relacionado às lutas, símbolos e dominação de um tipo específico de ser humano, notadamente o *Sapiens sapiens*, que se impôs mediante violências físicas e

alicerçada pela proeminência do tronco corporal, foi a responsável pela construção das categoriais de espaço, tempo e lugar. Mesmo o conceito de espaço sendo para o autor um “conjunto complexo de ideias”, numa recepção da obra de Kant, o fundamento desse constructo seria o corpo, como resulta da leitura dos capítulos 2, 3 e 4 de sua obra. Na medicina, a tese de doutorado de Canguilhem (2009), pressupondo a ideia de um corpo vivo, demonstra que as categorias do normal e do patológico não podem ser inferidas pelo positivismo tradicionalmente determinante na ciência médica, uma vez que cada vida social inclui suas normas e dinâmicas próprias. Essas categoriais diriam mais do poder do saber médico sobre os corpos do que as pessoas representadas pelos corpos diagnosticados. Na filosofia, Foucault (2016) mostrou que o corpo está envolto numa relação de poder-saber que constitui uma estrutura fundante da episteme moderna. Na História, Alain Corbin (2008) empreende o ousado projeto de uma história do corpo. Na Teologia, João Paulo II (2005) expande a ideia de uma teologia do corpo, indício da inflação da palavra “corpo” na contemporaneidade.

³ Por *Self* o autor entende a relação entre um corpo físico, suas representações cognitivas e uma experiência de identidade individual e pessoal que permite a produção de diferenças e de similitudes a partir das relações sociais e históricas com outras pessoas, estas alicerçadas em corpos, representações e experiências também específicas.

simbólicas sobre os demais. Assim, na gênese cerebral do homem estudado hoje estariam as relações sociais e históricas que o produziram⁴.

Como tradução e aprofundamento das aberturas dadas por António Damásio (2000; 2008; 2011; 2012; 2014, p. 1179-1196), por Eric Kendal, James Schwartz e Thomas Jessell (2014) e pelas vastas publicações das chamadas Ciências Humanas, desenvolveu-se dentro da Neurociência uma perspectiva específica em diálogo com o pensamento histórico e sociológico. A Neurociência Crítica (*Critical Neuroscience*), como veio a ser chamada, é aquele traço capaz de possibilitar o encaminhamento da Neuropsicopedagogia para o modelo social de deficiência e de, dessa forma, incorporar o sentido da crítica explicitada por Machado de Assis sobre o personagem Bacamarte. Nessa intenção, serão examinados três escritos fundadores da Neurociência crítica (*Critical neuroscience*): *Proposal for a Critical Neuroscience* (SLABY; CHOUDHURY, 2018, p. 341-370), *Perspektiven einer kritischen Philosophie der Neurowissenschaften* (SLABY, 2011, p. 375-390) e a introdução de *Critical Neuroscience* (SLABY; CHOUDHURY, 2012, p. 1-26).

Jan Slaby e Suparna Choudhury entendem que as Ciências Humanas e a Neurociência podem contribuir reciprocamente e procuram efetuar esse diálogo em ganho para a compreensão das vidas radicadas historicamente, problematizando o contexto dos anos iniciais do século XXI, marcado pela inflação da palavra *neurociência*. A inflação do signo assinalaria a sua própria desconstrução. Para tanto, o objetivo desse novo campo científico seria “criar um espaço dentro do qual o tema da neurociência analisa como o cérebro se tornou um conjunto relevante para a explicação e intervenção em comportamentos individuais e coletivos” (SLABY; CHOUDHURY, 2012, p. 2, tradução nossa). Tem-se uma mudança de perspectiva bastante evidente: não mais o sistema nervoso em si, mas sim o sistema nervoso na historiografia, considerando as dinâmicas do poder e do saber. Por conseguinte, questões centrais para esse campo são: “Quais conjuntos de ideias, perspectivas, métodos e instituições produzem conjuntamente fatos sobre o cérebro? E quais ordens de ideias, pessoas e instituições esses fatos vão produzir?” (SLABY; CHOUDHURY, 2012, p. 4, tradução

⁴ Deve-se apontar aqui que parece ser a mesma ideia à qual chegou Vítor da Fonseca (2019), especialmente na introdução e no capítulo 1.

nossa). Esse questionamento fundamenta-se sobre as seguintes premissas: a) negação do aparente futurismo predominante na Neurociência; b) explicitação da ideia de subjetividade e de personalidade, ressaltando a diversidade constituinte da Neurociência; e c) negação da ideia de subjetividade cerebral, atentando para as dimensões corporais e políticas da experiência e da subjetividade (SLABY; CHOUDHURY, 2012, p. 5-12).

Os mesmos autores prestaram esclarecimentos acerca do projeto da Neurociência Crítica. Inicialmente, mostraram que o termo *crítica* não é uma palavra aleatória, mas sim uma noção que remete aos escritos de Immanuel Kant e à Escola de Frankfurt, unindo a teoria social ao transcendentalismo filosófico (SLABY; CHOUDHURY, 2018, p. 341-342). Em seguida, explicitaram que a reflexividade desse campo envolve uma hermenêutica de múltiplas dimensões, tentando compreender como os sujeitos são *neuro*analisados, razão pela qual no cerne de sua posição repousa uma desconfiança política acerca da normatividade e da disciplina (SLABY; CHOUDHURY, 2018, p. 343). Além disso, apontaram que a obra de Bruno Latour e a de Judith Butler são importantes para a forma como o campo pensa a produção científica da Neurociência clássica, problematizando, portanto, os estudos sobre a modernidade e as teorias sobre os gêneros (SLABY; CHOUDHURY, 2018, p. 343-347). Finalmente, estabeleceram que, em relação à finalidade, o novo campo demonstraria possibilidades alternativas voltadas às mudanças nos parâmetros da Neurociência; exploraria empiricamente os fenômenos, sem as noções de neutralidade e universalidade; adensaria as teorias do comportamento com as visões e metodologias da sociedade complexa; e examinaria o papel da opinião pública e das ideologias sobre a Neurociência (SLABY; CHOUDHURY, 2018, p. 357).

Nesse sentido, Jan Slaby (2011) apresenta uma espécie de agenda que fundamenta o ponto de partida de uma perspectiva crítica na Neurociência, o que pode ser interpretado também como a atitude da desconstrução em Neurociência. Para o professor da Universidade de Berlim, esses elementos são os seguintes: o poder que as imagens adquiriram na contemporaneidade, algo que torna imperativo a sua contextualização (p. 379-380); a ideia de que um tipo cerebral significa necessariamente um tipo de pessoa, algo que consiste numa ilusão coletiva (p. 380); o poder que os

mecanismos tecnológicos assumiram, ensejando uma problematização urgente (p. 380-381); a uniformização das humanidades (p. 381-382), ponto que muitas vezes impede o enriquecimento que as diversas ciências dessa área podem fornecer ao estudo sobre o cérebro (p. 381-381); a naturalização dos mecanismos sociais (p. 384-385), concebendo-os de forma não histórica e não entendendo as lutas políticas que os produziram; a ideia recorrente de o cérebro ser o sujeito social, preterindo as modificações que as relações sociais produziram no cérebro e na compreensão sobre o cérebro, historicamente (p. 383).

A Neurociência Crítica alarga todo o campo de pesquisa da Neurociência, produzindo revisões e releituras sobre essa prática científica. A revisão empreendida, longe de ser um afastamento da Neurociência, é a sua desconstrução, fazendo parte da mesma cena de escritura⁵. Essa revisão, com todas as suas implicações, não poderia deixar ileso a Neuropsicopedagogia, a qual assinala para o endossamento da discussão tal como empreendida pela Neurociência. A seguir mostra-se sucintamente uma das principais implicações, notadamente a recepção do modelo social de deficiência.

A Nota Técnica nº 2 (SBNPP, 2017, p. 13) recepciona a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial de Saúde (CIF-OMS). É importante ressaltar que o documento original (WHO, 2001) não emprega o termo *Incapacidade*, mas sim *Disability*, porque tenta fugir do modelo biomédico de deficiência em resposta aos impactantes trabalhos dos Estudos Sobre a Deficiência (*Disability Studies*). A tradução brasileira ofusca essa intencionalidade e conseqüentemente indicia que há ainda em território nacional a atuação do modelo biomédico. É esse encaminhamento rumo ao modelo social de deficiência que a Neuropsicopedagogia no Brasil pode efetivamente proceder por meio da criticidade na Neurociência.

⁵ A crítica recente mais contundente à Neurociência foi estabelecida por Bennett e Hacker (2003). Partindo de Ludwig Wittgenstein e pressupondo os conceitos da história política de Cambridge (vale apontar a semelhança do título do livro com a famosa obra de Quentin Skinner), os autores mostram que o discurso sobre o cérebro na Neurociência é baseado na falácia da dicotomia entre sistema nervoso e relações sociais. Como eles escreveram, “a forma característica de explicação na neurociência cognitiva contemporânea consiste em atribuir atributos psicológicos ao cérebro e suas partes, a fim de explicar a posse de atributos psicológicos e o exercício (e deficiências no exercício) de poderes cognitivos por seres humanos” (BENNETT; HACKER, 2003, p. 3).

Os Estudos sobre a Deficiência são um produto de duas clivagens do século XX: a revolta contra o Ocidente e a crise do liberalismo. Após a Grande Guerra (1914-1918), os países ocidentais assistiram ao colapso das estruturas da civilização liberal, pois a debilidade das respostas governamentais ao desemprego generalizado e à fome ensejou a descrença nas liberdades individuais e no sistema político-representativo, fornecendo a condição histórica para a ascensão do fascismo, o qual perseguiu judeus, ciganos e pessoas com deficiência. Por outro lado, os movimentos de libertação nacional após a Segunda Guerra (1939-1945) redesenharam o mapa do imperialismo do século XIX, fazendo emergir países independentes sobretudo na África, Ásia e Oceania e revelando que a descolonização estava relacionada também à forma como o saber era compreendido na diversidade e na experiência das culturas e dos grupos sociais (BARRACLOUGH, 1976; BLAINEY, 2008; HOBBSAWM, 1995). Essas clivagens evidenciaram que a deficiência era uma construção social e cultural da realidade.

Nesse contexto, intelectuais e ativistas com deficiência produziram práticas e textos à luz da ideia de *modelo* ironicamente a partir da Inglaterra, país que era considerado o principal império no século XIX. Michael Oliver (1990) distingue entre lesão (*impairment*) e deficiência (*disability*), mostrando que deficiência é uma produção da organização social capitalista e das práticas médicas (“imperialismo médico”) e técnico-científicas que, juntas, disseminaram a noção de individualização histórica para analisar a vida das pessoas lesionadas. Colin Barnes e Len Barton (2002, p. 6, tradução nossa) partem do pressuposto de que a deficiência é “socialmente criada” e a explicação de seu processo produtivo está relacionado à “organização e à estrutura da sociedade” por meio de “diversas barreiras econômicas, políticas e sociais”. James Charlton (2002) entende que as crenças culturais e o sistema político econômico são as principais barreiras que obstam uma inteligibilidade à luz da deficiência e impedem a participação e a legitimidade participativa das pessoas com deficiência em sociedade. Todos esses autores entendem que a deficiência não é uma singularidade; ela se manifesta como expressão de uma realidade maior (a sociedade, o “social”), que a modela e lhe dá uma forma característica.

Esses autores construíram, então, o modelo social de deficiência: a perspectiva segundo a qual a deficiência não pode ser definida em termos médicos, mas somente em

termos sociais; a deficiência surge quando pessoas com diferenças físicas, visuais e cognitivas ou intelectuais não podem participar em condições de igualdade ou não podem legitimar as suas visões de mundo por causa das relações de poder inerentes a determinada sociedade. Trata-se de uma orientação teórica que se coaduna à Neurociência crítica no sentido de buscar uma compreensão alicerçada no conhecimento histórico.

É verdade que essa perspectiva sofreu algumas tensões nos últimos anos. Michael Schillmeier (2010) que a perspectiva incorre em alguns reducionismos: é apenas um dos modelos sociais possíveis para pensar a deficiência, de modo que os intelectuais supramencionados devem ser localizados na cultura inglesa (“modelo britânico de deficiência”) e a ideia de “o social” determinar uma discussão anacrônica em relação à sociedade moderna. Com efeito, a modernidade consistiria na superação da binariedade (como lesão/deficiência), e, remontando à obra de Ulrich Beck, assevera que os

[...] Estudos Sobre a Deficiência tornaram-se um *projeto ontológico* que não somente está interessado em *como nós vivemos*, mas também como nos engajamos na *política* ontológica de *como nós queremos viver* [...]. Assim, *Rethinking Disability* tenta trazer de volta a atitude de ‘religiosidade’ das relações humanas, visto que ela é um dos valores relativos à existência e à possibilidade de relações com os outros (SCHILLMEIER, 2010, p. 11, grifo do autor, tradução nossa).

O autor concebe os Estudos Sobre a Deficiência como uma espécie de religião normativa na contemporaneidade e busca afirmar a discussão em termos ontológicos, e não a religião, na intenção de produzir ganhos em termos de diálogo entre as diversas possibilidades de vida em sociedade. Assim é que não é o *social* que é colocado como a origem da deficiência, mas sim a interação entre os corpos, os sentidos e as coisas, em processo de interação singular e diferente, em constante mutação. Nesse sentido, constata-se que o autor adensa uma revisão empreendida por outros centros de tradução teórica (BROGNA, 2009, p. 157-187), produzindo um deslocamento do cânon clássico dessa vertente teórica, e não seu abandono.

Tom Shakespeare também teceu uma crítica contundente. Reconhecendo que todas as classificações não fazem justiça ao complexo fenômeno da deficiência (SHAKESPEARE, 2009, p. 4), o erudito inglês vinculado ao movimento quakerismo

também considera redutora o binarismo entre lesão e deficiência em defesa da ideia de complementariedade entre esses elementos e da produção histórica e condicionada das lesões em acontecimentos como as guerras mundiais, razão pela qual propõe a compreensão da deficiência em termos biopsicossociais como uma resposta à sociedade complexa (SHAKESPEARE, 2006). Aqui não se trata de a deficiência ser tida como uma reprodução da sociedade, mas sim como um mecanismo relacional que produz, ao mesmo tempo em que é alvo de produção socialmente. Embora pareça uma franca oposição ao cânon clássico, essa perspectiva consiste no esgarçamento da criticidade nela implicada (MELO JÚNIOR, 2018).

Algumas implicações diretas do modelo social e de sua criticidade para a Neuropsicopedagogia devem ser explicitadas. Uma delas é a recusa da ideia de normatividade. Lennard Davis (2006, p. 3-16), autor que compartilha do conceito de deficiência de Tom Shakespeare, mostrou historicamente como a normalidade é inventada nas sociedades ocidentais em suas manifestações político-culturais desde o século XIX: ela é o pressuposto tanto da ideologia burguesa, quanto da socialista; ela nasce no campo da estatística com Adolphe Quételet (1796-1847), no sentido de classificar as pessoas como normais e anormais no processo de industrialização; vai embasar toda a eugenia do período; e vai ser, a um só tempo, incutida na população por meio da produção literária alicerçada no Romance, como também a produção e leitura dessa produção imagético-discursiva construirá culturalmente a noção de normalidade. Como o autor explicitou, “o problema é que o caminho no qual a normatividade é construída cria ‘o problema’ da pessoa com deficiência”, de modo que “a ideia de uma norma é tanto uma diminuição da condição de natureza humana quanto um elemento de alicerce da sociedade” (DAVIS, 2006, p. 3, tradução nossa). Assim sendo, a ideia de corpo e cérebro normais não poderiam funcionar como ponto de partida da reflexão e da prática neuropsicopedagógicas.

A Neuropsicopedagogia também pode problematizar a forma como concebe o seu papel na Educação Inclusiva. Colin Barnes, Mike Oliver e Len Barton (2002, p. 250-261), Dan Goodley (2011, p. 138-156) e Berenice Pescosolido (2001, p. 490-515) apontaram que a ideia de inclusão e a postura pela eliminação das diversas formas de exclusão são subsidiárias do modelo social, e não o contrário, de modo que a

preocupação com a aprendizagem deveria contemplar também as condições de possibilidade do empoderamento para as pessoas com deficiência.

Finalmente, a Neuropsicopedagogia poderia se preocupar não apenas com a reabilitação das pessoas com deficiência, mas também com a investigação dos mecanismos sociais e culturais que ensejam a produção da deficiência. Essa é uma dimensão assinalada por todos os trabalhos do modelo social de deficiência.

Considerações Finais

A Neuropsicopedagogia, ao reiterar a ideia de incapacidade, é um traço da compreensão biomédica sobre a deficiência. A Neurociência, de igual maneira, funciona como um traço do saber médico, quando torna o cérebro o sujeito transcendente da história. Assim é que atuam como Bacamarte, o personagem de *O alienista*. Mas, como Machado de Assis ironizou, quando o saber científico assume essa forma ele já deixou de ser somente Hipócrates e se tornou Catão, servindo a propósitos de dominação imperialista por meio da total alienação da realidade social. Nesse sentido, procurou-se demonstrar como a Neuropsicopedagogia e a Neurociência carregam traços de sua própria desconstrução, nos termos colocados por Derrida, como a Neurociência Crítica pode funcionar nesse sentido, encaminhando a Neuropsicopedagogia ao modelo social de deficiência representado pelos Estudos Sobre a Deficiência. Essa postura desconstrutiva seria o mecanismo para repensar aquilo que a metáfora *Bacamarte* cumpriu designar.

O encontro entre Neuropsicopedagogia, Neurociência Crítica e Estudos Sobre a Deficiência ainda é incomum na historiografia da Educação Inclusiva no Brasil, apesar de sua proficuidade. A posição do neuropsicopedagogo, em contato constante com as pessoas com deficiência, podendo ser ele mesmo uma delas, não se restringe à interpretação e à aplicação de testes psicológicos. O neuropsicopedagogo tem um papel na complexa realidade da deficiência na contemporaneidade. Nesses termos, fica sinalizada a necessidade de uma agenda teórica e prática a partir da qual se possa refletir sobre as múltiplas relações entre esses campos do saber e os sujeitos que as produzem.

Referências

BAPTISTA, Abel de Barros. **A formação do nome**: duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

BARNES, Colin; OLIVER, Mike; BARTON, Len. Disability, the Academy and the Inclusive Society. *In*: BARNES, Colin; OLIVER, Mike; BARTON, Len. **Disability Studies today**. Cambridge: Blackwell Publishers, 2002. p. 250-261.

BARNES, Colin; OLIVER, Mike; BARTON, Len. Introduction. *In*: BARNES, Colin; OLIVER, Mike; BARTON, Len. **Disability Studies today**. Cambridge: Blackwell Publishers, 2002. p. 1-17.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BEAR, Mark; CONNORS, Barry; PARADISO, Michael. **Neuroscience**: exploring the brain. 4th ed. London: Wolters Kluwer, 2016.

BENNETT, Max; HACKER, Peter. **Philosophical Foundations of Neuroscience**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008.

BLOOM, Floyd. Neuroscience. *In*: SQUIRE, Larry; BERG, Darwin *et. al.*. **Fundamental Neuroscience**. 3rd ed. London: Elsevier, 2008. p. 3-38.

BROGNA, Patricia. Las representaciones de la discapacidad: la vigencia del pasado en las estructuras sociales del presente. *In*: BROGNA, Patricia. **Visiones y revisiones de la discapacidad**. México: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 157-187.

CALDWELL, Helen. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis**: um estudo de Dom Casmurro. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARLTON, James. **Nothing about us without us**: Disability Opression and Empowerment. California: University of California Press, 2002.

CORBIN, Alain. **História do corpo**: da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis: Vozes, 2008 (História do Corpo, 2).

DAMÁSIO, António; KUHL, Patrícia. A linguagem. In: KENDAL, Eric ; SCHWARTZ, James; JESSELL, Thomas *et. al.*. **Princípios de Neurociências**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. p. 1179-1196.

DAMÁSIO, António. **E o cérebro criou o homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAMÁSIO, António. **O mistério da consciência**: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DAVIS, Lennard. Constructing Normalcy: the Bell Curve, the Novel, and the Invention of the Disabled Body in the Nineteenth Century. In: DAVIS, Lennard (Editor). **The Disability Studies Reader**. 2nd ed. London: Routledge, 2006. p. 1-16.

DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie**. Paris: Les Éditions Minuit, 1967a.

DERRIDA, Jacques. **L'écriture et la différence**. Paris: Aux Éditions du Seuil, 1967b.

DERRIDA, Jacques. **Paper-machine**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

FONSECA, Vítor da. **Desenvolvimento cognitivo e Processo de Ensino-Aprendizagem**: abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky. Petrópolis: Vozes, 2019.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GOODLEY, Dan. Education: Inclusive Disability Studies. In: GOODLEY, Dan. **Disability Studies: An Interdisciplinary Introduction**. London: SAGE Publications, 2011. p. 138-156.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos (o breve século XX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOÃO PAULO II, Papa. **Homem e mulher os criou**. Bauru: EDUSC, 2005.

KENDAL, Eric; SCHWARTZ, James; JESSELL, Thomas *et. al.*. **Princípios de Neurociências**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O alienista**. São Paulo: L&PM, 2014.

MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. **Journal de Psychologie**, Paris, v. XXXII, n. 3-4, p. 1-23, mars./avril. 1936. Disponível em:

http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2020.

MELO JÚNIOR, Antônio Ferreira de. O leitor diante dos Estudos Sobre a Deficiência. **Anais III CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44862>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

OLIVER, Michael. **The Politics of Disablement**. New York: Palgrave Macmillan, 1990.

PESCOSOLIDO, Berenice. Inclusion/Exclusion: An Analysis of Historical and Cultural Meanings. In: ALBRECHT, Gary; SEELMAN, Katherine; BURY, Michael (Editors). **Handbook of Disability Studies**. London: Sage Publications, 2001. p. 490-515.

PURVES, Dale; AUGUSTINE, George; FITZPATRICK, David *et. al.*. **Neurociências**. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

SCHILLMEIER, Michael. **Rethinking Disability: bodies, senses, and things**. New York and London: Routledge, 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

SHAKESPEARE, Tom. **Arguing about disability: philosophical perspectives**. London and New York: Routledge, 2009.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability: Rights and Wrongs**. 2nd ed. London and New York: Routledge, 2006.

SLABY, Jan; CHOUDHURY, Suparna. Introduction: Critical Neuroscience. In: SLABY, Jan; CHOUDHURY, Suparna. **Critical Neuroscience: a Handbook of the Social and Cultural Contexts of Neuroscience**. Oxford: Blackwell Publishing, 2012. p. 1-26.

SLABY, Jan; CHOUDHURY, Suparna. Proposal for a Critical Neuroscience. In: MELONI, Maurizio *et. al.*. **Palgrave Handbook of Biology and Society**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 341-370.

SLABY, Jan. Perspektiven einer kritischen Philosophie der Neurowissenschaften. **Deutsche Zeitschrift für Philosophie**, Berlin, v. 3, n. 59, p. 375-390, jun. 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA (SBNPP). **Nota Técnica n° 02/2017**. Disponível em:

https://www.sbnpp.org.br/arquivos/notas_tecnicas.pdf . Acesso em 17 de novembro de 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA (SBNPP). **Resolução nº 4, de 04 de maio de 2020**. Disponível em: <<

https://www.sbnpp.org.br/arquivos/Codigo_de_Etica_Tecnico_Profissional_da_Neuropsicopedagogia_-_SBNPP_-_2020.pdf >>. Acesso em 17 de novembro de 2020.

SQUIRE, Larry; BERG, Darwin; BLOOM, Floyd. Preface. In: SQUIRE, Larry; BERG, Darwin; BLOOM, Floyd *et. al.*. **Fundamental Neuroscience**. 3rd ed. London: Elsevier, 2008. p. XV-XVI.

TUAN, Yi-Fu. **Space and Place: the perspective of experience**. London and Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Functioning, Disability and Health**. Geneva: World Health Organization, 2001. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9241545429.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2020.